

CICLOS: PROVOCAÇÕES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS NA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Andréa Rosana Fetzner

akrug@uol.com.br

“A cada minuto, estamos mais longe da data de nossa origem e mais próximos da hora de nossa desapareição”.

Ivan Izquierdo, 2007.

Esta breve reflexão pretende fomentar um debate que está movimentando o espaço educacional no município do Rio de Janeiro: a implementação dos ciclos de formação no ensino fundamental de nove anos. Não proponho discutir questões específicas do processo municipal, porque isto exigiria estudos e informações específicas que não possuo. Minhas contribuições trazem alguns dados da conjuntura política e pedagógica da educação nacional que, acrescidos de uma pequena referência na história da educação pública no país, poderão colaborar com a problematização de algumas idéias em relação à escola, sua função social e a análise de sua qualidade.

No Brasil, os 10% mais ricos da população detêm para si quase 75% da renda nacional; do outro lado da mesma sociedade, os 90% mais pobres compartilham em torno de 25% da renda nacional. Das sessenta milhões de famílias brasileiras, cinco mil ficam com 45% da renda nacional. Ao mesmo tempo, a participação dos trabalhadores na renda nacional caiu de 55,5% em 1959, para 39,1% em 2005¹.

A pobreza das famílias, exarcebada pelas precárias condições de trabalho, é consequência de uma sociedade injusta e excludente, dirigida por uma elite que nega as condições necessárias às reformas de base que poderiam alterar o quadro de desigualdade em que vivemos – violência, corrupção, incerteza e dor – evidências cotidianas de uma desorganização social ímpar.

Em 2005, nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental, tivemos índices de aprovação de 79%, reprovação de 13% e abandono escolar de 7,5%². Estes dados geram uma permanência no ensino fundamental de doze anos, em uma formação inicial que deveria ser cursada em oito anos³.

A educação que oferecemos, em grande parte do Ensino Fundamental e Médio, não poderia fugir do quadro geral da sociedade: é atrasada, porque propõe o estudo de conteúdos ultrapassados, com metodologias que sucumbem frente à diversidade das turmas e quase nada do pensamento

¹ Márcio Pochmann citando o Atlas da Exclusão Social – os ricos no Brasil, Cortez 2004. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 1, número 3, Outubro 2007.

² Dados do censo 2005, site www.inep.gov.br

³ Desde 2006, nove anos, conforme a Lei 11.114/2005, que alterou o ensino fundamental de oito para nove anos.

crítico desenvolvem. O que se vê, em muitas escolas, é uma mesma aula, com um mesmo conteúdo, em um mesmo tempo e com a mesma intervenção, oferecidos da mesma forma para todos, independente das condições de acompanhamento que cada um dos alunos oferece. É a reprodução da divisão entre os que pensam a educação e os que a fazem no cotidiano, reforçando os mecanismos de alienação docente. A educação bancária denunciada por Freire⁴ reproduz-se sem sinais de superação (ao menos no conjunto da educação pública).

Quando os concluintes do Ensino Fundamental (à época ensino primário de quatro anos) eram cerca de 13% dos matriculados (início do século passado), várias reformas pedagógicas tentavam implementar a Escola Primária Integral (Lourenço Filho, Ceará, 1923; Anísio Teixeira, Bahia, 1925; Francisco Campos e Mário Cassasanta, Minas, 1927; Fernando de Azevedo, Distrito Federal, 1928; Carneiro Leão, Pernambuco, 1928).

O conceito da Escola Primária Integral implicava em desenvolver um ensino que, adaptado à realidade sócio-cultural dos alunos, oportunizasse um conjunto de conhecimentos e habilidades básicos, tais como literatura, história pátria, manejo da língua como instrumento de pensamento e expressão, entre outros (Lei 1.846, Bahia, 1925).

Do início do século passado até aqui, temos tentado construir propostas escolares que, considerando os desafios de nossa realidade social, possam atender melhor as necessidades populares. Entre essas propostas, ao final do último século, o conceito de ciclos começa a aparecer em diferentes organizações escolares. Entre esses conceitos de ciclos, encontramos:

- Ciclos de alfabetização, na década de 80, propondo que durante o período de construção da leitura e escrita não houvesse a reprovação escolar (tais propostas se baseavam no fato de que a repetição da rotina de um trabalho em uma primeira série escolar é nociva para os alunos que já cursaram este ano, mesmo que estes ainda não tenham aprendido a ler e escrever como esperado).

- Ciclos de aprendizagem, em meados da década de 90, conceito conhecido das escolas por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais prevêm uma revisão curricular no Ensino Fundamental, acompanhada de uma extensão do tempo para que os alunos possam adquirir os conhecimentos propostos (nos ciclos de aprendizagem, na maioria com duração de dois anos escolares, se mantém certa referência nos conteúdos da série).

- Ciclos de formação, da metade da década de 90 até hoje, nos quais a *enturmação* dos alunos não mais segue “a série anterior cursada com aprovação” (isto é, não mais se agrupam os alunos de acordo com um pretense conhecimento anterior adquirido). A *enturmação* escolar segue o critério da idade, considerando-se como referência as potencialidades e características que o aluno apresenta em diferentes fases de sua vida (infância, pré-adolescência e adolescência). As

⁴ Ver FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento. Ed. João Barrote, 1975.

experiências mais conhecidas foram nas Administrações Populares de Belo Horizonte (Escola Plural), do município de São Paulo (tendo Paulo Freire como secretário de educação) e em Porto Alegre (Escola Cidadã). Este tipo de *enturmação* escolar considera que o desenvolvimento humano é decorrente das mediações provocadas pelo meio sócio-cultural (neste meio também faz parte a influência da escola) em relação dialética com o desenvolvimento biológico.

De um total aproximado de 33 milhões de matrículas no ensino fundamental, em 2006, apenas seis milhões eram em regimes ciclados e cerca de quatro milhões em regimes que conjugavam séries e ciclos; as demais matrículas eram exclusivamente em regimes seriados.

Em pesquisa realizada recentemente⁵, identifiquei algumas práticas que podem ser associadas à proposta de organização escolar em ciclos de formação para contribuir com a distinção entre diferentes conceitos de ciclos, e, especialmente, com a diferenciação entre uma escola organizada em série e uma escola organizada em ciclos. As práticas docentes cicladas⁶ encontradas foram:

- planejamento coletivo entre os anos de escolarização, tornando o currículo um verdadeiro ciclo, no qual os mesmos conceitos fundamentais de cada área de conhecimento são abordados, de acordo com as potencialidades do desenvolvimento das crianças, pré-adolescentes ou adolescentes, o que difere radicalmente do currículo seriado, em que os conhecimentos são distribuídos por série;
- organização dos tempos escolares de forma contínua, em que as aulas, organizadas com a perspectiva interdisciplinar, procuram oferecer ao aluno um todo coerente;
- espaços de aprendizagem diferenciados, tentando atender as necessidades específicas dos alunos para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor e garantindo o atendimento escolar necessário para que o desenvolvimento de todos aconteça nas melhores condições possíveis;
- aulas que se organizam priorizando o trabalho em grupo, a troca de experiências e saberes entre os alunos, a ajuda mútua;
- práticas avaliativas coletivas e direcionadas para a reorganização das atividades, a busca de suporte adequado ao ensino e, também, direcionadas ao conjunto da escola.

Esta mesma pesquisa possibilitou que os professores apontassem suas maiores dificuldades no trabalho com os ciclos: o currículo quando ele ainda se mantém seriado, o livro didático seriado e as práticas avaliativas centradas em provas e testes.

Pensando a realidade social e econômica brasileira, desigual e excludente como no início desta breve reflexão descrevemos, não é difícil imaginar o quanto é, entre nós, desafiador pensar,

⁵ FETZNER, A.R. *Falas docentes sobre a não-aprendizagem escolar nos ciclos*. Tese de Doutorado. Orientador: Hugo Otto Beyer (in memoriam), Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni. Co-orientadora: Maria Teresa Esteban. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

⁶ As práticas docentes cicladas são aquelas que correspondem, ou respondem afirmativamente, às teorias pedagógicas contemporâneas que fundamentam o agrupamento etário.

mesmo que utopicamente, uma escola que se contraponha a (des)ordem geral instituída, uma escola que se organize por meio da afirmação da capacidade de aprender e dos conhecimentos que os alunos trazem, sua linguagem, suas formas de ver o mundo para, em diálogo, construir e desconstruir visões. Tudo isso ainda imerso nas enormes dificuldades enfrentadas pela falta de investimento público na educação, salários não condizentes com o trabalho a ser desenvolvido pelos professores, falta de recursos pedagógicos adequados, carência de uma concepção real de gestão democrática dos sistemas públicos e das escolas, salas de aula com muitos alunos por professor.

Estas dificuldades, associadas a nossa dificuldade em desenvolver o pensamento crítico sobre a escola e sua função social, geram alguns mitos em torno dos ciclos e muitas afirmações, na maioria das vezes vazias de fundamentação em pesquisa, mas recheadas do senso comum.

Entre os mitos mais perversos, em minha perspectiva, encontro: “os ciclos de formação são uma proposta escolar que veio para desqualificar a escola dos filhos dos trabalhadores”. Primeiro porque essa escola tradicional e excludente que temos no Brasil (a qual os ciclos tentam superar) não é uma escola que toma os interesses e as possibilidades dos trabalhadores como ponto de partida, ao contrário, ela exclui os trabalhadores do seu direito a uma educação de qualidade intelectual, cultural e laboral e os convence de que a responsabilidade por essa exclusão é dos próprios trabalhadores. Segundo, porque a escola em ciclos se baseia em pressupostos de aprendizagem fundamentados em teorias que tomam o desenvolvimento humano como parâmetro e, com isto, discutem dimensões antes ignoradas da exclusão escolar, como a linguagem e os rituais escolares, entre outros.

Considerando o que dizia Gramsci⁷ sobre a necessidade de que, para transformar o mundo, façamos primeiro uma reforma intelectual e moral, instituindo uma nova ordem no direito, nas artes e na atividade econômica, caberia-nos perguntar o que é possível fazer na escola que temos hoje: qual escola seria possível neste contexto?

⁷ GRAMSCI, A. *Selections from Prison Notebooks*, New York: International Publishers. 1971.